



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 304

00022

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 304, DE 2006

Dispõe sobre a criação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do IBAMA; institui a Gratificação Específica de Docência dos servidores dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima - GEDET; fixa o valor e estabelece critérios para a concessão da *Gratificação de Serviço Voluntário, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002*, aos militares dos extintos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima; autoriza a redistribuição, para os Quadros de Pessoal Específico das Agências Reguladoras, dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos, instituído pela Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, cedidos àquelas autarquias, nas condições que especifica; cria Planos Especiais de Cargos, no âmbito das Agências Reguladoras referidas no Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004; institui a Gratificação de Efetivo Desempenho em Regulação - GEDR, devida aos ocupantes dos cargos do Plano Especial de Cargos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; cria as carreiras e o Plano Especial de Cargos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais - INEP; aumenta o valor da Gratificação Específica de Publicação e Divulgação da Imprensa Nacional - GEPDIN, instituída pela Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, e dá outras providências.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

O ANEXO XI da Medida Provisória 304, de 2006, passa a ter a seguinte redação:

ANEXO XI

GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE DOCÊNCIA DOS SERVIDORES DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO ACRE, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA – GEDET

(§2º do art.21)

Vigência: a partir de 1º de julho de 2006





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em R\$

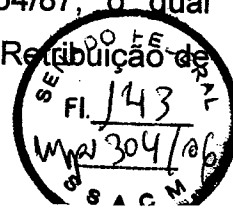
VALORES DA GEDET DE ACORDO COM A TITULAÇÃO E O REGIME DE TRABALHO			
TITULAÇÃO	20 HORAS	40 HORAS	DEDICAÇÃO EXCLUSIVA
CURSO NORMAL	341,23	592,60	782,84
GRADUADO	341,23	592,60	782,84
APERFEIÇOAMENTO	341,23	592,60	782,84
MESTRADO	448,77	989,18	1.352,20
DOCTORADO	550,00	1.285,00	1.996,00

JUSTIFICAÇÃO

Essa gratificação será concedida com base na titulação e o regime de trabalho do docente. No caso dos professores dos extintos Territórios faz-se necessária uma observação quanto a titulação, tendo em vista que grande parte dos docentes não detêm o diploma de graduação e possui tão-somente o curso normal. Os Territórios Federais eram consideradas regiões inóspitas e ainda hoje, de difícil acesso e as pessoas que ali residiam encontravam grandes obstáculos para se deslocarem a outros locais para participação em curso de graduação ou pós-graduação. E essa parcela de professores são justamente aqueles com mais tempo de serviço, cuja dedicação ao magistério remota à época em que ainda existiam os Territórios Federais, e eles ministravam aulas no interior, onde as condições de trabalho eram as mais precárias.

A manter o anexo XI da Medida Provisória nº 304/2006, da forma apresentada pelo Executivo, muitos professores serão prejudicados e discriminados pelo fato de suas situações funcionais específicas não serem contempladas pela concessão da Gratificação Específica de Docência dos Servidores dos extintos Territórios.

A maioria dos docentes inclusive já alcançaram as classes e níveis compatíveis à titulação de mestrado e doutorado mediante progressão funcional por tempo de serviço e por mérito conforme previsto no Decreto 94.664/87, o qual regulamentou a Lei nº 7.546/87 que criou o Plano Único de Classificação e Retribuição de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Cargos e Empregos.

Sala da Comissão, 5 de julho de 2006.


Deputado **EDUARDO SEABRA - AP**

